

# A Memória como um critério de noticiabilidade

*Memory as a Criterion of Newsworthiness*

*La memoria como criterio de noticiabilidad*

Andrea Cristiana SANTOS<sup>1</sup>  
Jonatas Pereira do Nascimento ROSA<sup>2</sup>

## Resumo

Os critérios de noticiabilidade auxiliam a comunidade jornalística no processo de seleção do que se tornará acontecimento noticiável no tempo presente. No entanto, o passado pode ser evocado por atos comunicacionais mediados pela memória. Para tanto, este artigo se propõe a lançar proposições de como a memória se torna um critério de noticiabilidade nas produções jornalísticas. A partir de uma abordagem da história da comunicação, analisam-se as materialidades jornalísticas por meio dos acontecimentos memoráveis e o acionamento das fontes documentais e histórias de vida. Verificou-se que a memória pode ser acionada como efeméride e reconhecimento, sedimentada nas experiências locais e abordagem interseccional.

**Palavra-chave:** memória; critérios de noticiabilidade; fontes; história da comunicação; jornalismo.

## Abstract

Newsworthiness criteria assist the journalistic community in the process of selecting what will become a newsworthy event in the present time. However, the past can be evoked by communicational acts mediated by memory. To this end, this article proposes to present propositions on how memory becomes a newsworthiness criterion in journalistic productions. From an approach of the history of communication, journalistic materialities are analyzed through memorable events and the activation of documentary sources and life stories. It was found that memory

<sup>1</sup> Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEBA), campus Juazeiro. Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ). E-mail: [andcsantos@uneb.br](mailto:andcsantos@uneb.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4807-0799>.

<sup>2</sup> Jornalista em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia (UNEBA). Mestrando em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [jonataspereiradonascimento@gmail.com](mailto:jonataspereiradonascimento@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0285-1661>.



---

can be activated as an ephemeris and recognition, sedimented in local experiences and an intersectional approach.

**Keyword:** memory; newsworthiness criteria; sources; history of communication; journalism

## Resumen

Los criterios de noticiabilidad asisten a la comunidad periodística en el proceso de selección de lo que se convertirá en noticia en el presente. Sin embargo, el pasado puede ser evocado por actos de comunicación mediados por la memoria. Para ello, este artículo propone cómo la memoria se convierte en un criterio de noticiabilidad en las producciones periodísticas. Desde un enfoque de la historia de la comunicación, se analizan las materialidades periodísticas a través de eventos memorables y la activación de fuentes documentales e historias de vida. Se encontró que la memoria puede activarse como efemérides y reconocimiento, sedimentada en experiencias locales y un enfoque interseccional.

---

**Palabras clave:** memoria; criterios de noticiabilidad; fuentes; historia de la comunicación; periodismo

---

## Introdução

Na primeira metade do século XX, diante de um mundo em colapso com as consequências dos conflitos armados e pelas transfigurações da modernidade expressa no cinema e na moda, o filósofo Walter Benjamin (1987) se lançou a fazer questionamento sobre o conceito de uma história linear, herdada de uma teologia judaico-cristã e iluminista. O filósofo problematiza a concepção de um ideal absoluto, sendo o passado o estágio inicial para atingir um futuro com base na perfeição. Assim, para subverter esse passado idealizado, Benjamin usa a alegoria dos anjos talmúdicos para dizer que as imagens do passado só têm significação quando justapostas às do presente, tal como o processo de montagem, reinstituindo o eterno no efêmero. Dessa forma, Benjamin nos impele a olhar para o passado como uma série de acontecimentos em um *continuum*, construído a partir das ruínas, nas quais juntamos os fragmentos e acordamos os mortos. Nesse ínterim, a história é um “objeto de uma construção, cujo lugar não é um tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (Benjamin, 1987, p. 229).

A partir da alegoria do tempo saturado de “agoras”, é possível refletir que os atos comunicacionais se constroem na interface entre o passado e o presente. No jornalismo moderno, o tempo saturado de “agoras” é preponderante, no sentido de



que o paradigma da novidade se impõe como critério de noticiabilidade na cultura organizacional dos meios profissionais. A todo momento, os jornalistas procuram negociar quais acontecimentos se tornarão noticiáveis (Alsina, 2009) no tempo presente.

Nesse sentido, é preciso problematizar que o passado pode ser evocado a partir de artefatos, fragmentos e ruínas, os quais estão presentes nos atos comunicacionais mediados pela memória. Para tal, este artigo se propõe a lançar proposições de como a memória se torna um critério de noticiabilidade nas produções jornalísticas.

Ao trazer contribuições do campo da história para pensar o tempo presente no jornalismo, parte-se da questão norteadora de que um acontecimento histórico pode ser evocado na rotina produtiva a partir da cadeia de rememoração que o localiza em um tempo e espaço. O jornalista, tal como historiador, deve exercitar a tarefa de escavar e investigar as tessituras dos fatos passados sobre as ruínas existentes, reunindo os fragmentos para pensar os marcos teóricos que norteiam os critérios de noticiabilidade. Assim, este estudo tenciona trazer proposições sobre o acionamento das fontes<sup>3</sup> nas rotinas produtivas para contribuir com o campo jornalístico.

A partir dessas considerações introdutórias, este artigo se divide em cinco seções: a) percurso metodológico; b) a ampliação dos critérios de noticiabilidade na mediação com a memória; c) as fontes como critério noticiável; d) as efemérides como critério jornalístico; e) histórias de vidas marginalizadas como prática de tensionamento dos critérios de noticiabilidade.

### **Percorso metodológico**

A perspectiva metodológica investiga os processos comunicativos engendrados em fragmentos, rastros e vestígios. Marialva Barbosa (2010a; 2010b) considera que os atos comunicacionais estão envoltos em textualidades – texto, visualidade, sonoridade, discursividade e testemunho histórico –, cuja escritura se desenvolve em uma longa duração.

Nesta pesquisa, os fragmentos são artefatos que nos chegam ao presente pelo conjunto de materiais produzidos em um passado e em determinadas condições

<sup>3</sup> Referimo-nos às fontes no contexto da rotina produtiva jornalística, quando o profissional coleta informações fornecidas por “instituições, personagens que testemunham ou participam de eventos públicos” e documentos, cabendo ao jornalista “selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos; situá-los em um algum contexto e processá-los” (Lage, 2001, p. 21), mediante procedimentos técnicos e éticos. Ao longo do artigo, problematiza-se o uso das fontes, situando-as no contexto dos critérios de noticiabilidade.



(Lowenthal, 1998). Esses fragmentos estabelecem um diálogo com o conceito de uma história construída a partir das ruínas (Benjamin, 1987) e dos vestígios.

Nesta perspectiva, a noção de vestígio é compreendida no contexto do circuito de comunicação, indicando a “permanência duradoura de algo que passou, deixando de tal forma marcas, que permite que sinais significantes possam ser interpretados à luz das proposições e escolhas do pesquisador” (Barbosa, 2020, p.115). Os vestígios deixam rastros que permitem que as mensagens do passado possam chegar até o presente, sendo interpretados na sua dimensão narrativa como ações de comunicação.

Nesta pesquisa, os rastros são compreendidos dentro de um quadro metodológico de uma operação historiográfica, compreendida na relação entre um lugar, no qual se instauram os métodos; os interesses e a organização dos documentos; os procedimentos de análise, conduzindo a interpretação; e a construção de um texto em escritura (Certeau, 2008). Esta contribuição de Certeau nos orienta a analisar os artefatos e as fontes presentes nos acontecimentos memoráveis para desenvolver uma “escrita comunicacional”, que advém de dois movimentos: a “matriz epistêmica da pesquisa” e uma tessitura, uma escrita, sujeita ao devir, a errância típica do ensaio (Barbosa, 2020, p. 109). Esse quadro metodológico nos orienta na defesa da questão norteadora de que os jornalistas podem acionar a memória como um critério de noticiabilidade.

Diante disso, o *corpus* de análise foi definido a partir de investigações desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento, da Universidade do Estado da Bahia (UNE), na linha de pesquisa Comunicação, Memória e História Regional durante cinco anos, com projetos alicerçados nas discussões sobre história e memória do jornalismo. A pesquisa, orientada pela operação historiográfica (Certeau, 2008), se debruçou sobre um *corpus* diverso de práticas comunicacionais, em sua maioria presentes em arquivos de acervos públicos, para identificar os usos memoráveis do passado pelo jornalismo em múltiplas linguagens e materialidades.

O *corpus* foi constituído por materialidades locais e nacionais como cartas publicadas no veículo alternativo “Caminhar Juntos (1976-1979)” da Diocese de Juazeiro; reportagens publicadas no veículo regional *Gazzeta* do São Francisco, especificamente a efeméride aniversário da cidade de 1997 a 2016; a série de reportagens especiais “1822 – Uma Conquista dos Brasileiros”, veiculada no



Fantástico, da Rede Globo; os obituários publicados no projeto *Overlooked* do *The New York Times*, especificamente as narrativas sobre personagens LGBTQIAPN+ de 2018 a 2024.

Ressaltamos que, apesar de o *NYTIMES* ser uma experiência de jornalismo hegemônico, o projeto digital *Overlooked* demonstra como a empresa jornalística tem buscado romper com a hegemonia da memória no “fluxo global da produção da notícia” (Zelizer, 2014). Antes, as vidas de minorias sexuais e étnicas (Butler, 2020; Boyce; Dove, 2022) não cabiam nas páginas de obituários do jornal, “mas, hoje, com a demanda do público por representatividade, se tornou culturalmente relevante abordar as trajetórias de comunidades marginalizadas, ainda que conformada pelos interesses da empresa jornalística” (Rosa, 2025, p. 16).

Além disso, também fazem parte do corpus de análise experiências de arquivos digitais com acesso livre na internet, como o memorial Vagalumes (2020-2022), criado por uma rede colaborativa de pesquisadores da antropologia, indigenismo e jornalismo, e o Museu das Memórias (In) Possíveis, um museu virtual do Instituto APPOA, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, construído sob a ética da psicanálise, com caráter de intervenção e pesquisa, e que traz à tona histórias marginalizadas, testemunhos que não são abarcados pelo discurso público.

Esse diálogo com práticas comunicacionais que não estão circunscritas apenas ao campo do jornalismo é fruto das discussões do último ano do Grupo de Pesquisa que mapeou como o testemunho tem sido acionado em arquivos digitais com o intuito de entender como o jornalismo e campos interdisciplinares têm operacionalizado a memória. Dessa maneira, utilizou-se esse corpus diverso para demonstrar como a memória tem sido valorada como um critério de noticiabilidade em múltiplas mídias que articulam experiências de jornalismo em veículos regionais, nacionais e internacionais.

### **A ampliação dos critérios de noticiabilidade na mediação com a memória**

Em sua tese doutoral do fim do século XVII, “Os relatos jornalísticos”, Tobias Peucer (2000) – considerado o progenitor da Teoria do Jornalismo – apresentou o primeiro vislumbre do que hoje entendemos como critérios de noticiabilidade ao fazer uma lista do que deve e não deve ser noticiado. “[...] como os fatos são quase infinitos, cabe estabelecer uma seleção de modo que seja dado preferência aos *axiomnemóneuta*, ou seja, àqueles que merecem ser recordados ou conhecidos”



(Peucer, 2000, p. 20, grifo do autor). Assim, essa seleção deveria levar em consideração “coisas acontecidas recentemente” (o critério de atualidade); temas de interesse cívico; o que é insólito; o que é negativo, como as catástrofes e as guerras; e o que se passa com pessoas ilustres (Sousa, 2004, p. 41).

Pamela J. Shoemaker (2013) explica que noticiabilidade é um constructo cognitivo, um julgamento feito pelos seres humanos, estando profundamente relacionada com as dimensões do desvio e da significância social. Na visão da autora, os valores-notícia — qualidades que orientam a seleção primária dos fatos — estão diretamente relacionados com a ideia de noticiabilidade, mas têm sido estudados com mais frequência no contexto de jornalistas que seguem as rotinas produtivas de suas profissões e organizações.

Dessa maneira, apesar de qualquer pessoa, independentemente do estatuto de jornalista, poder atribuir juízos de noticiabilidade aos eventos que compõem sua realidade, “somente os eventos que respondem aos critérios compartilhados no âmbito da prática profissional do jornalismo serão admitidos fundamentalmente como notícias” (Silva; Jeronymo, 2017, p. 5). Isto é, só se torna acontecimento jornalístico aquilo que a cultura profissional determina enquanto tal a partir de uma série de fatores que definem a seleção das notícias (Alsina, 2009). Desse modo, a notícia pode sofrer influências de políticas corporativas ou organizacionais, fazendo com que determinados acontecimentos não venham a ser cobertos (Shoemaker, 2013).

A partir dessa discussão teórica, interessa-nos mensurar como atos memoráveis são valorados como um critério de noticiabilidade em um campo político e cultural em disputa, no qual a memória se faz presente nas materialidades comunicacionais tanto para reafirmar com contundência temas associados às demandas sociais e tendências de um sistema cultural quanto para retirar do esquecimento midiático grupos subalternizados.

Barbie Zelizer (2014, p.85) considera que os critérios de noticiabilidade atendem aos processos de mediação associados ao “fluxo global da produção de notícias”, ancorados a partir de “prismas locais, regionais e nacionais”. A sedimentação da memória em um “prisma local mostra que todas as memórias surgem a partir de algum lugar, como um modo de relação com o mundo” (Zelizer, 2014, p. 85-86), cuja construção da realidade se constrói no jogo de sobreposição “dispondo o mais próximo sobre o distante, o particularmente notável sobre um



âmbito de graus variados de relevância, o discretamente detalhado sobre o amplamente delimitado". Assim, identifica-se que os usos que fazemos da memória nas rotinas produtivas dialogam com critérios de noticiabilidade delimitados pelo cenário (espaço físico), pessoas (testemunho) e experiências (Zelizer, 2014).

Contudo, Zelizer esclarece que é necessário se atentar para problemáticas no acionamento da memória, quando os valores-notícias construídos na circulação global da informação se impõem aos atos memoráveis locais, pois implicam procedimentos éticos na tomada de decisão dos profissionais. Como se refere Zelizer (2014, p. 86), na seleção de notícias os jornalistas tendem a privilegiar o “geral em vez do particular, o simples em vez do complexo, o uniforme em vez do diferente, a forma em vez do conteúdo”. Ao usar esses procedimentos, há tendência à homogeneização e silenciamento das experiências dos sujeitos nos seus territórios.

Zelizer resume as suas contribuições a respeito do perigo do “canibalismo da memória” no quadro referencial que denominou de quatro estágios mnemônicos: a “minimização” das memórias locais pela lógica produtiva da indústria midiática ocidental; “substituição”, que implica “sintetizar os sentidos do trauma, do conflito e da catástrofe que o Ocidente pretende invocar”; deslocamento, quando há importação de acontecimentos mnemônicos locais sendo deslocados do evento original, gerando interpretações equivocadas; e, o último, o “transporte”, quando ocorrem associações simbólicas transferidas para outros contextos locais (Zelizer, 2014, p.90).

A partir dessas reflexões, é preciso problematizar os critérios de noticiabilidade do jornalismo moderno, a fim de nortear os processos de seleção que tornam os atos memoráveis presentes no campo jornalístico. Para tanto, o acionamento das fontes ocupa um lugar de centralidade.

### **As fontes como critério noticiável**

Os acontecimentos só adquirem o status de notícias a partir dos processos de seleção e acesso às fontes. Algumas dessas fontes se localizam no lugar específico: o arquivo. Arlette Farge (2009, p. 14) considera que o arquivo permite o desvelamento de sujeitos e “instantes de personagens comuns, raramente visitados pela história”. O arquivo é “fragmento de tempo capturado” (Farge, 2009, p 23), mantendo relações com o tempo presente mediante as perguntas lançadas pelos pesquisadores e visitantes aos documentos do acervo. No processo de seleção de notícias e coleta dos



dados, o jornalista se defronta com documentos variados, que funcionam como artefatos que permitem investigar processos sociais mediados pela memória.

Nesse ínterim, o jornalista localiza o documento no acervo e o submete à crítica, às teias de intencionalidade e vestígios, pois a “fonte não existe por essência nem é dotada de neutralidade” (Barbosa, 2020, p. 118). Para adquirir o status de fonte, o jornalista precisa – tal como o pesquisador – conferir essa qualificação (Barbosa, 2020) à materialidade documental e/ou pessoas na cadeira produtiva do jornalismo.

Sergio Vilas Boas (2002, p.55) classifica de “primárias” as fontes gravadas ou impressas, “que não dependem do filtro da memória humana no presente da investigação: documentos (oficiais e não oficiais), cartas, diários, *clippings*, livros de memória e autobiografias”. O autor identifica como fontes “secundárias”, as “que dependem diretamente do exercício da lembrança, ou seja, da remontagem do passado”.

No conjunto das fontes primárias, as cartas permitem identificar experiências fragmentadas dos sujeitos, conformando a existência em variadas temporalidades (Gomes, 2004). Na pesquisa realizada no periódico *Caminhar Juntos*<sup>4</sup>, foram encontradas cartas enviadas por moradores de comunidades atingidas pela construção da Barragem de Sobradinho (BA), na década de 1970. Publicadas no ano de 1976, as cartas demonstram o receio dos moradores de perder os vínculos afetivos com os lugares de convivência. “Ó São José, pela última vez, vos conduzimos pelas ruas poeirentas de nossa cidade. Ruas feias... mas que amamos, porque nos viram nascer...” (Caminhar Juntos, 1976, p. 5).

Na carta, a moradora Madalena Lima (1976) trouxe o testemunho a respeito do trauma que se instalou mediante o deslocamento da população atingida: “Hoje estamos vivendo esta experiência, dizendo adeus (...) Aos umbuzeiros que muitas vezes alimentaram as famílias pobres; aos juazeiros que serviram de pasto para as ovelhas; às caçadas de ribanças; às várzeas, onde aprendemos a andar de bicicleta, aos xique-xiques (...)” (Lima, 1976).

<sup>4</sup> O boletim “Caminhar Juntos” tinha como objetivo cobrir o que acontecia nas comunidades que estavam sob a jurisdição da Diocese de Juazeiro, que congrega os municípios baianos de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Circulando mensalmente, o boletim trazia notícias, textos opinativos e crônicas escritas por professores, padres e paroquianos da diocese. Produzido por Dom José Rodrigues, o informativo tinha páginas mimeografadas, sem qualquer tipo de ilustração ou anúncio publicitário, sendo distribuído gratuitamente.



Ao serem publicadas no periódico, as cartas deixaram de ser uma experiência pessoal para se transformar em uma memória do tempo vivido, demonstrando a força das memórias subterrâneas (Pollak, 1989) que, apesar do trauma, surgem a contrapelo para denunciar as narrativas oficiais de progresso e desenvolvimento.

Em 2019, o jornalista Danilo Souza realizou o documentário “Sobrado das Margens: entre águas e memória” (2019), cujo trauma instaurado pela perda dos espaços de referência ecoa, tal como a voz da professora Madalena Lima, em 1976. A partir da materialidade localizada em um tempo distinto, o passado se fez presente em uma cadeira de acontecimentos memoráveis, possibilitados pelo acionamento das fontes, testemunhas do tempo vivido.

Tal como o documento contido no arquivo físico, na sociedade midiatisada emergem os arquivos digitais. Com a descentralização da mediação jornalística, percebe-se a proliferação dos arquivos digitais, nos quais grupos esquecidos pela mídia hegemônica se apropriam do espaço digital para eclodir memórias subterrâneas (Pollak, 1989) e discursos contra-hegemônicos. Os arquivos digitais sedimentam a experiência dos indivíduos como produtores de atos comunicacionais e testemunhas do tempo presente.

Segundo Assmann (2011, p. 24), os arquivos digitais implicam a sobreescrita constante, na qual não há um registro duradouro de informação. A memória está em constante atualização e, cada novo acesso, transforma o conteúdo anterior, tornando o armazenamento dependente de corporações digitais do Norte Global que funcionam como arquivistas globais, podendo tornar-se mecanismos de controle, apagamento e colonialidade. Em Mbembe (2016), essa lógica se insere em um campo político mais amplo: o controle sobre o que pode ser lembrado, dito e registrado é um dos eixos centrais da necropolítica e das formas contemporâneas de governo dos corpos e das populações. A contínua sobreescrita dos arquivos digitais, nesse sentido, não é apenas um fenômeno técnico, mas uma operação política que define quem tem o direito de produzir memória e quem permanece submetido ao esquecimento estruturado.

Nos arquivos digitais contra-hegemônicos, a memória tem sido tensionada para retirar do esquecimento midiático vidas marginais, podendo ser identificada enquanto efeméride – com foco na contextualização de eventos e trajetórias, buscando atender demandas do presente ao mesmo tempo que ilumina questões do passado e promove uma memória que perdura no futuro; e a memória como



reconhecimento. Ela traz um foco na maneira como o testemunho é construído/visibilizado de maneira que promova o encontro com o Outro, retirando do esquecimento midiático vidas marginalizadas.

Nos arquivos digitais, situados em plataformas de mídia e veículos jornalísticos, o testemunho é utilizado para reconstituir o passado ou uma retórica para fundamentar a construção do texto. Mas, em alguns casos, não é possível ter acesso às fontes documentais. E quando pensamos no tempo presente, nos memoriais, o testemunho se apresenta através de atos de memória, dos relatos de testemunhas e vítimas de catástrofes e acontecimentos traumáticos.

Assim, os arquivos digitais surgem como uma maneira de suprir essa necessidade de narrar o tempo vivido, de fazer notável as narrativas de experiência de vida para que não estejam circunscritas apenas ao âmbito privado, mas para que possam ocupar um lugar no discurso público, considerando que a mídia tradicional não oferece espaço para o testemunho das vozes subalternas.

Desse modo, notou-se que, quando o jornalismo aciona o testemunho, é para corroborar a sua interpretação da realidade, para utilizá-lo como elemento de organização do texto, produzindo formas/enquadramentos que podem gerar influência ou até mesmo direcionar o olhar do leitor. Na análise dos arquivos digitais Museu das Memórias (In)possíveis<sup>5</sup> e Vagalumes<sup>6</sup> – materialidades comunicacionais que não estão circunscritas apenas ao campo do jornalismo, mas dialogam com campos interdisciplinares como a psicanálise, a antropologia e o indigenismo – o testemunho se faz um ato político, de encontro e reconhecimento do outro. Há um enfoque na subjetividade e ainda que haja um quadro interpretativo, a força do ato testemunhal, pela linguagem na primeira pessoa, se sobressai.

Dessa forma, o jornalismo tem a possibilidade de ampliar os critérios de noticiabilidade a partir do diálogo com a interseccionalidade e por conferir status de

<sup>5</sup> O Museu das Memórias (In)possíveis é um museu virtual do Instituto APPA. Com caráter de intervenção e pesquisa e construído sob a ética da psicanálise, busca trazer à tona histórias marginalizadas, testemunhos de traumas que não são abarcados pelo discurso público, “acolhendo as produções de sujeitos cujos lugares discursivos estão fragilizados nos laços sociais e que estão na ordem do (In)dizível, do (In)pensável, do (In)consciente e do Impossível” (Museu Appa, 2023).

<sup>6</sup> O arquivo Vagalumes é um memorial dedicado às vítimas indígenas da Covid-19 formado por uma rede de voluntários, “com o objetivo de prestar homenagem aos mortos e solidariedade às famílias dos povos indígenas afetados pela Covid-19 no Brasil e em países vizinhos” (Vagalumes, 2020, s/p). O memorial surge como um grito contra o apagamento dos povos indígenas das estatísticas oficiais, das suas histórias e feitos que não são lembrados pela memória oficial. “Nenhuma pessoa pode ser apenas um número entre centenas de milhares de vítimas da Covid-19” (Vagalumes, 2020).



fonte ao testemunho, de forma a produzir o encontro, de sensibilizar e convocar o leitor a também ser uma testemunha da experiência narrada. Como explica Gagnebin (2009, p. 57), o ato de testemunhar não seria apenas a operação direta, aquele que viu com seus próprios olhos, “mas é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro”.

### As efemérides como critério jornalístico

Na rotina jornalística, torna-se notícia tudo aquilo que é novidade, como se houvesse uma ruptura com o passado. Contudo, acontecimentos jornalísticos ocorridos em um tempo passado são reconstituídos pela mediação da memória. Um caso específico é o das efemérides. Mauro Wolf (2003) as considera como acontecimentos previsíveis e calendarizados que são selecionados pelos jornalistas na rotina produtiva.

As efemérides se fazem presentes, como atos comunicacionais, em homenagem, discursos laudatórios e hiperbólicos ou por estratégias discursivas” (Golin; Cavalcanti; Rocha, 2015, p. 625). Nesse sentido, o jornalismo local faz usos memoráveis das efemérides, selecionando acontecimentos históricos notáveis e conferindo visibilidade às trajetórias de sujeitos. Nesse momento, os jornalistas atuam diretamente na produção e no compartilhamento da memória social, a partir da seleção de acontecimentos que devem ser lembrados e/ou ocultados na narrativa. Nas edições comemorativas, o “tom memorialístico torna-se preponderante”, lançando “luzes e sombreamentos que contribuem não só para conformar o registro” dos usos e modos de lembrar (Amormino, 2020, p. 2).

Ao longo de dez anos, o jornal *Gazzeta do São Francisco*<sup>7</sup> trouxe, nos meses de julho e setembro, edições comemorativas sobre o aniversário das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). A seleção das notícias privilegiou a trajetória de personagens notáveis e a abordagem do progresso, como uma escrita linear da história. Contudo, no quarto ano de circulação, em julho de 2000, o *Gazzeta* trouxe a crônica “Coisas de Juazeiro”, assinada pelo jornalista Carlos Laerte (Ag. Clas.) para ilustrar o “rico mosaico cultural” da cidade.

<sup>7</sup> O *Gazzeta* distanciou-se do cunho político-partidário que marcava a história dos impressos de Petrolina, como *O Sertão* e *O Pharol*, tendo como seu principal diferencial a notícia regional, baseado na noção de que o interesse do leitor é “maior no que diz respeito às coisas que lhe são próximas” (Corrêa, 2011). O jornal circulou de 1997 a 2018, pautando notícias locais, regionais e nacionais.



Ao invés de exaltar o futuro, Carlos Laerte tensionou o desenvolvimento a partir das personagens anônimas que desapareceram, que viraram “literatura” para dar lugar às demandas da modernidade. “Houve um tempo nestas mesmas barrancas, 122 anos passados, que os Barqueiros carregavam mercadorias, e um homem sozinho dava o tom da viagem, com uma vara calçada ao peito. Era o Remeiro, Vareiro, que como as Lavadeiras, Parteiras, Rendeiras, Benzedeiras esquecidas deste mundo, vão virando, virando literatura” (Laerte, 2000, p. 1). Utilizando-se de um tom nostálgico, Laerte relembra dessas personagens como um ato de afirmação daqueles que ajudaram a construir a cidade de Juazeiro, demonstrando um legado cultural para a trajetória do município, servindo como um alerta para preservar os “tipos” que ainda existem.

O agendamento temático continuou na edição comemorativa do aniversário de 123 anos de Juazeiro para homenagear “quem penou, mas aqui chegou: os anônimos”. Assim, o periódico celebra a “mãe de Santo que alimenta a fé de um povo lutador. O barqueiro, o remador e o pescador que labutam no Velho Chico, chorando pelo sofrimento do rio (...”).

Nessa edição, a presença dos perfis jornalísticos de personagens juazeirenses rompeu com a ideia de que o passado só pode ser reconstituído pelos grandes personagens. A história da cidade é contada a partir dos perfis do pescador José Pereira de França, o calafate Antônio Ribeiro, o alfaiate Wilson Carlos Aguiar, o barbeiro Constantino Rodrigues de Oliveira, o comerciante Leodegardo Rodrigues Alves, a baiana Vicença Ana de Santana, o paqueteiro Jasom Alves Quirino, o oleiro Pedro José Martins, o taxista Emanuel Costa, a mãe de santo Joselina Maria dos Santos, o músico Fred Pontes, o timoneiro José Aprígio Nunes, o jogador Bartolomeu de Brito Monteiro e a “passadeira de roupa” Rivalina Teixeira dos Santos. Ao reconstituir o tempo passado pelo viés do singular, identifica-se que a história de vida serve para reposicionar os critérios de noticiabilidade. Ao invés do geral, o particular, o fio condutor do nome a interligar os personagens ao contexto social (Ginzburg, 1989).

Mais recentemente, por ocasião do lançamento da série de reportagens especiais “1822 – Uma Conquista dos Brasileiros<sup>8</sup>”, pelo Fantástico (Rede Globo),

<sup>8</sup> É uma série documental, de quatro episódios, que revisita a história da Independência do Brasil. Foi exibida entre 14 de agosto e 4 de setembro de 2022, produzida pela jornalista Mônica Sanches, e veiculada no Fantástico, da Rede Globo.



identificam-se os usos memoráveis de acontecimentos históricos e socioculturais produzidos no telejornalismo para evocar novas significações sobre o bicentenário da Independência brasileira. Na pesquisa desenvolvida por Andrea Cristiana Santos e João Pedro Tinel (2025), verifica-se que o acionamento do passado é um critério de noticiabilidade que nos ajuda a ressignificar identidades a respeito do povo nordestino. No primeiro episódio, parte-se de um marco histórico: a conquista da Independência brasileira pela insurgência da população baiana – principalmente mulheres, as personagens esquecidas – que se lançam contra a força opressora colonizadora.

No episódio, é apresentada a trajetória de Urânia Vanério entrelaçada com a história de Joana Angélica, personagem conhecida da historiografia baiana, assassinada ao impedir a passagem das tropas da coroa portuguesa que invadiram o Forte de São Pedro, em Salvador (BA) para perseguir pessoas insurgentes ao império português. À época, uma menina de 10 anos testemunhou tudo: Urânia Vanério, filha de pais portugueses, observou de sua janela a morte da freira idosa e escreveu um poema chamado “Lamentos de uma Baiana...”, que denunciava a brutalidade ao matarem Joana Angélica. Durante a reportagem, identificaram-se similaridades das duas personagens esquecidas por dois séculos. Joana é representada por uma pintura de seu rosto com características de uma mulher branca que nos remetem a Monalisa (1797), de Leonardo Da Vinci. Já da menina Urânia não existem imagens que demonstrem a corporeidade física da infante.

Então, a reportagem reconstruiu o acontecimento histórico por meio da figuração, atendendo aos critérios de significação, referindo-se à importância da informação e do sistema cultural, e do critério de composição para atender à linguagem do meio (Alsina, 2009). O discurso telejornalístico é composto pela figurante, menina com vestido branco, cabelos pretos e longos, andando com os pés descalços para representar a infante Urânia Vanério. Ao apresentar personagens até então desconhecidas para o público, a reportagem desafia e conflitua a ideologia intrínseca da Independência brasileira, trazendo à tona novas perspectivas para uma sociedade e leva o telespectador (indivíduo) a refletir sobre o apagamento sistemático (cognição) da narrativa oficial sobre a independência brasileira e o papel do povo baiano na conflagração.

Esse apagamento histórico necessita ser problematizado pelo campo do jornalismo no sentido de que as produções midiáticas podem documentar processos



de mudanças, tornando-se constituintes da sociedade e cultura (Ribeiro; Sacramento, 2020). No entanto, a mídia hegemônica, normalmente, pode enfraquecer (ou fortalecer, como na série de reportagens) a nossa relação com o passado e a nossa consciência histórica (Ribeiro; Sacramento, 2020), criando uma memória baseada em fatos escolhidos por elites para compor aspectos da identidade, por vezes silenciando dinâmicas sociais e personagens singulares. Esse processo produz esquecimentos a respeito das disputas simbólicas entre memória nacional e subterrâneas (Pollak, 1989).

Para romper com esse paradigma do esquecimento, é preciso evocar as memórias subterrâneas por meio de novas fontes tal como foram validadas por historiadores na série “1822 – Uma Conquista dos Brasileiros”. Assim, os personagens selecionados – representados pelas fontes científicas e testemunhais – podem criar novos significados a respeito dos fatos históricos. Na série, os produtores exploram a participação dos povos originários (indígenas) e afrobrasileiros na luta pela emancipação, a exemplo das marisqueiras da Ilha de Itaparica (BA) no combate ao império português. A representação de Maria Felipa, símbolo desse grupo de mulheres combatentes, se configura como uma evocação da memória que não pode ficar no esquecimento, cuja presença foi anteriormente ignorada nos livros didáticos sobre a história do Brasil.

Dessa forma, os rastros presentes na documentação a respeito das presenças de Urânia Vanério e Maria Felipa permitem que o passado se faça presente a partir da tomada de decisão do jornalista de ampliar os critérios de noticiabilidade para identificar os sujeitos comuns nas teias de significação entre memória local e nacional.

### **Histórias de Vidas marginalizadas como prática de tensionamento dos critérios de noticiabilidade**

Quando temos vidas que foram secularmente apagadas da história, que tiveram suas vivências e sofrimentos negligenciados pela sua raça, gênero e classe, recorremos à narrativa como uma forma de acionar uma memória sobre o passado e produzir algum tipo de iluminação no presente. Ao refletir sobre a inexistência de narrativas autobiográficas de mulheres cativas que sobreviveram ao comércio triangular de escravizados, Hartman (2020, p. 17) afirma que “não seria exagerado



considerar as histórias como uma forma de compensação ou mesmo como reparações, talvez o único tipo que nós iremos receber”.

Como afirma Sarlo (2007, p. 24), “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração”. Ou seja, a linguagem redime a experiência do esquecimento, a narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a do seu acontecer, mas a de sua lembrança (Sarlo, 2007, p. 24). As histórias de vida são um dos elementos constituintes da narrativa jornalística. Por isso, o obituário cumpre uma função social: a de lançar luz sobre trajetórias individuais que apontam para questões da memória coletiva, tensionando as temporalidades de passado, presente e futuro.

É o que podemos exemplificar a partir de um dos obituários publicados pelo projeto *Overlooked*<sup>9</sup>. Em “Maureen Colquhoun, Política Pioneira Atacada Pelo Preconceito”, o jornalista Alan Cowell (2022) conta a história de Maureen Colquhoun, “uma política pioneira” a favor dos direitos das mulheres e a primeira integrante/membra assumidamente lésbica do Parlamento Britânico. No entanto, sua orientação sexual não era amplamente conhecida. Após o tabloide de direita *The Daily Mail* ter postado que Colquhoun (pronuncia-se kuh-HOON) estava se mudando com sua parceira, Barbara Todd, editora da revista lésbica *Sappho*, ela foi difamada pelo Partido Trabalhista local, o que provocou o fim da sua carreira na política nacional (Cowell, 2022).

O obituário reconstitui o cenário político para parlamentares integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, deixando de ser apenas a narração de uma trajetória individual para se aprofundar em uma memória coletiva sobre as questões de gênero no Parlamento Britânico e os avanços feitos na contemporaneidade. Verificou-se também a primazia ao testemunho na construção narrativa, a partir dos usos dos documentos históricos, matérias de jornais e livros.

Nesse contexto, os obituários de *Overlooked* narram as vidas que foram marginalizadas pela sua identidade de gênero. Elas foram apagadas, retiradas da cena pública por ousarem expressar sua sexualidade e que por décadas foram esquecidas pelo discurso jornalístico não sendo consideradas dignas de receberem um obituário.

<sup>9</sup> Criado por Amisha Padnani, editora da mesa de obituários do *NYTIMES*, o projeto visa homenagear as pessoas notáveis cujas mortes originalmente não foram noticiadas no jornal. O lançamento de *Overlooked* ocorreu no Dia Internacional da Mulher (8 de março) de 2018 com os obituários de 15 figuras femininas históricas negligenciadas pelo *The New York Times*.



Assim, a questão de gênero é um critério de noticiabilidade. Quem é o sujeito digno de ser lembrado? Quem é digno de um obituário? De ter sua história narrada, compartilhada? Quem decide quem deve ser lembrado, escutado, reconhecido? Os jornalistas, “senhores da memória” (Barbosa, 2004).

Portanto, é necessário ampliar a concepção de critérios de noticiabilidade, a fim de retirar das sombras as vidas marginalizadas, violentadas, esquecidas e silenciadas. Esse deve ser o serviço público de um veículo de comunicação comprometido com a liberdade, a democracia e o bem-estar público. Assim, o valor notícia, atualmente, atribuído às pessoas notáveis e/ou fontes oficiais (Wolf, 2003), deve ser revisto para incluir os segmentos/pessoas que são representativos de grupos étnicos e/ou povos originários, comunidades LBGTQIAPN+, pessoa atípica ou neurodivergente.

A partir do entendimento de que valores-notícia são uma espécie de mapa, código ou esquema pelo qual o jornalista enxerga o mundo e orienta o seu trabalho, Gislene Silva (2006) aponta que os valores-notícia funcionam como quadros que influenciam a maneira como os jornalistas interpretam e concebem o fato. Os critérios de noticiabilidade estão relacionados aos interesses mercadológicos, produzindo quadros dominantes que excluem certas vidas do discurso. Assim, o jornalismo faz a representação da realidade a partir daquilo que lhe é reconhecível, do conhecimento compartilhado pelo seu próprio campo a respeito da natureza das notícias (Silva, 2006) e do contexto sociocultural em que está inserido. Para mover-se em uma direção em que o testemunho dos grupos minoritários seja enquadrado de uma forma que não produza violência, mas escuta e reconhecimento, o jornalismo precisa revisar o seu conjunto de pressuposições e critérios avaliativos, buscar novas formas de apreensão do real, de construção da realidade, ou seja, se decolonizar.

Silva (2006), comprehende que a noticiabilidade é composta por três instâncias: 1. Origem dos fatos – atributos relacionados ao evento em si (valores-notícia); 2. Tratamento dos fatos – aspectos referentes à hierarquização dos fatos levando em conta estrutura editorial, formato do produto, cronograma, tecnologia e também a relação do jornalista com as fontes; 3. Na visão dos fatos – fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos (verdade, interesse público, objetividade, imparcialidade etc.).

De maneira que o acionamento da memória como critério de noticiabilidade exige um gesto de cuidado para lidar com os personagens (fontes), uma outra postura



ética e epistemológica, cujos enquadramentos culturais não devem seguir a lógica atual da sociedade neoliberal. O jornalismo organiza a realidade a partir do tempo ultra presente, da produtividade, da eficiência, de uma visão de mundo ocidental sem refletir a vivência dos corpos dos sujeitos jornalistas e daqueles que são enredados na narrativa jornalística.

É preciso pensar a dimensão do corpo dos sujeitos históricos nos espaços que estão inseridos, nas estruturas que os condicionam, na violência experimentada na carne, mas também aquela representada em arquivos. De acordo com Assmann (2011, p. 368), “o arquivo, antes de ser memória histórica, é memória da dominação [...]”. O jornalismo faz parte dessa memória ao negligenciar do discurso público corpos dissidentes: corpos de mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, PCD (Pessoas com Deficiência), neurodivergentes entre outros. Judith Butler (2020) afirma que algumas vidas são apagadas do discurso público, pois “não se trata apenas, então, de um ‘discurso’ de desumanização que produz esses efeitos, mas sim da existência de um limite ao discurso que estabelece os limites da inteligibilidade humana” (Butler, 2020, p. 55).

Segundo as contribuições do olhar decolonial proposto por Maldonado-Torres (2018), é possível afirmar que vivemos em uma modernidade/colonialidade com estruturas racistas que ainda mantém a lógica global de desumanização capaz de existir mesmo na ausência de colônias formais. Os colonizados são preferencialmente concebidos como espécies de animais agressivos ou pacíficos – apesar de nunca completamente racionais, tendo sua humanidade negada (Maldonado-Torres, 2018, p. 45).

Butler (2020) direciona o seu olhar filosófico ao reconhecimento: “pedir reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já somos. É solicitar um devir, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro” (Butler, 2020, p. 65). No jornalismo, só há reconhecimento das fontes quando oferecemos a elas a contextualização de suas histórias de vida, quando as compreendemos na sua relação com o tempo e tratamos seu testemunho como um silêncio que perdurou por décadas e até mesmo séculos, e, por isso, o olhar que se oferece ao relato testemunhal deve ser um gesto de aproximação e humanização.

Segundo Christians (2014), na visão de mundo africana chamada ubuntu, “em princípio todas as pessoas contribuem para a sociedade como uma unidade, fazendo-



o através das histórias que contam” (p. 23). Como defende Hartman (2020), é preciso fabular uma outra história que permita a humanização das vidas subalternas. Sonhar uma comunicação construída a partir da diversidade de saberes e subjetividades (Krenak, 2019). Sonhar um jornalismo em que a representatividade e a autenticidade na relação com as fontes seja um horizonte a ser perseguido tanto quanto os ideais de veracidade e objetividade.

### **Considerações finais**

Nesta pesquisa, compreendeu-se que a memória pode ser acionada tanto como efeméride (Cavalcanti, 2020) como reconhecimento (Santos, Rosa, 2023). De modo que ao utilizarmos a memória como um critério jornalístico, devemos ampliar o conceito de noticiabilidade na mediação com a memória e pela dimensão de uma abordagem interseccional. A memória diz respeito a uma disputa de poder, de narrativas sobre quem deve ser lembrado e esquecido no discurso público. Portanto, o jornalismo precisa encontrar ferramentas críticas e epistemológicas para narrar o passado.

Essas ferramentas se colocam disponíveis na rotina jornalística a partir do momento em que são acionados dispositivos que conferem ao arquivo o lugar de centralidade no processo de seleção da notícia. Nesse sentido, o tratamento conferido às fontes (documentais e/ou testemunhais) se relaciona ao potencial de valoração das memórias locais e subterrâneas. O arquivo permite o desvelamento de experiências indizíveis e narrativas dos sujeitos esquecidos por uma história oficial. De modo que o acionamento da memória como critério de noticiabilidade exige um gesto de cuidado para lidar com as fontes, uma outra postura ética e epistemológica que busque enquadramentos culturais que se afastem da lógica atual da sociedade neoliberal e reafirme a centralidade dos sujeitos.

Categorias como raça, gênero e classe devem atravessar a interpretação dos jornalistas ao selecionar as personagens e histórias sobre as quais vai se debruçar, bem como entender que a memória pode ser utilizada na construção da narrativa enquanto produtora de conhecimento e fundadora de temporalidades. A memória pode ser utilizada para o jornalismo repensar as suas próprias práticas excluientes, bem como deve utilizar novos critérios de noticiabilidade para narrar o tempo vivido e investigar os fatos históricos a partir de suas contradições, orientada por uma história a contrapelo (Benjamin, 1987). O jornalismo também deve reconhecer as



---

histórias de vidas dos sujeitos com suas experiências diversas e *construto* do fazer histórico. Trata-se de defender uma prática jornalística que reconhece a temporalidade saturada de “agoras” em um diálogo profícuo com o passado.

---

## Referências

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- A HISTÓRIA contada através do tempo. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina, ano VI, suplemento especial, p. 2, 14 a 20 de julho de 2002.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, senhores da memória?. In: **XXVII Congresso da Intercom**, 2004, Porto Alegre. CD Room do XVXVII Congresso da Intercom. Porto Alegre: PUC-RS e Intercom, 2004.
- BARBOSA, Marialva. **Comunicação e método**: cenários e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CAVALCANTI, Anna de Carvalho. **A temporalidade da memória no jornalismo cultural**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHRISTIANS, Clifford G. Panorâmica da ética dos media no plano internacional. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, 2014, p. 16-33.
- CORRÊA, Jean Carlos. **Fundação e evolução do Jornal Gazzeta do São Francisco**. Juazeiro- BA, Universidade do Estado da Bahia (UNEB). 2005. Mimeo.
- FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.
- GAGNEBIN, J. Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



GOLIN, Cida; CAVALCANTI, Anna; ROCHA, Julia Correa. A projeção da cidade nas efemérides jornalísticas: estudo do suplemento Cultura de Zero Hora (2006-2009). **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 623-639, set./dez. 2015.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 2-33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27640](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640). Acesso em: 26 jun. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAERTE, Carlos. Coisas de Juazeiro. **Gazzeta do São Francisco**. Petrolina, ano IV, Caderno 2, p.1, 16 a 22 de julho de 2000.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica da Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: Projeto História, v. 17., nov. 1998.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões. In: COSTA, Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Rámon. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 10 maio 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História, São Paulo**, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Comunicação e Sociedade**, n. 33, p. 199-214, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Televisão e memória: entre testemunhos e confissões**. 1.ed. Rio de Janeiro: Maud X, 2020.

ROSA, Jônatas Pereira do Nascimento. A morte como um ritual midiático: reflexões para uma sintomatologia do gênero obituário. In: 23º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2025. Disponível em: <https://linq.com/afT2Q>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SANTA CRUZ, Lucia. Os relevos da memória. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 3, dez. 2016/ mar. 2017.

SANTOS, Andrea Cristiana; ROSA, Jônatas Pereira do Nascimento. Lembrar e esquecer a respeito do povo Yanomami: a experiência de um arquivo digital marcado pelo testemunho jornalístico. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. v. 17. p. 295-310, 2023.

SANTOS, Andrea Cristiana; TINEL, João Pedro. O telejornalismo e os acontecimentos históricos: usos memoráveis a respeito da identidade nordestina. In: XV Encontro Nacional



de História da Mídia: revisões críticas da história, comunicação, território, decolonialidade. **Anais eletrônicos**, Mariana (Minas Gerais), 2025. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-150-encontro-2025/>. Acesso: 1 de dez. 2025.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SILVA, Laerte José Cerqueira da; VIZEU, Alfredo. Os saberes da pedagogia no telejornalismo: Paulo Freire e a prática jornalística. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2019.1.312123>. Acesso em: 6 out. 2024.

SILVA, Gislene. Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: DA SILVA, Marcos Paulo; SILVA, Gislene; FERNANDES, Mario Luiz (Org.). **Critérios de Noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. 1. ed. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014. v. 1. 240p.

SILVA, Marcos Paulo da; JERONYMO, Raquel de Souza. A construção cultural de critérios noticiosos em contextos regionais: reflexões teórico-metodológicas a partir dos jornais de Corumbá (MS). **Revista Observatório**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 367–388, 2018. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p367. Disponível em: <https://sistemas.uff.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5506>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz. (Org.); SILVA, Gislene. (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. 1. ed. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014. v. 1. 240p.

SHOEMAKER, Pamela J. Prefácio. In: SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz. (Org.) ; SILVA, G. (Org.). **Critérios de Noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. 1. ed. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014. v. 1. 240p.

SOUZA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. I, n. 2, p.31-46, 2004.

SOUZA, Danilo. Sobrado das Margens: entre águas e memórias. Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, apresentado ao Curso de Jornalismo em Multimeios, do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, da Universidade do Estado da Bahia-UNEB. 2019. Disponível em: <https://slink.com/vUfcG>. Acesso em 12 maio 2020.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias e biógrafos**: jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

ZELIZER, Barbie. O canibalismo da memória no fluxo global de notícias. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Letícia Cantarela. **História da Comunicação**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.